

A DITADURA NO BRASIL E A IMPOSIÇÃO À IGNORÂNCIA POPULAR: REVISÃO DE LITERATURA SOBRE O LEGADO DE MÁCULAS DITATORIAIS À EDUCAÇÃO BRASILEIRA

THE DICTATORSHIP IN BRAZIL AND THE IMPOSITION OF POPULAR IGNORANCE: LITERATURE REVIEW ON THE LEGACY OF DICTATORIAL STAINS ON BRAZILIAN EDUCATION

Nayra Fontinele Feijão

Especialista em docência, gestão e supervisão do ensino básico (FAMEP). Graduada em Biblioteconomia (UESPI). Bibliotecária da Universidade Federal do Piauí do Campus Professora Cinobelina Elvas.

Paulo Ricardo Muniz Silva

Doutorando em História do Brasil (UFPI). Mestre em História do Brasil (UFPI). Graduado em História (UESPI). Tutor da graduação em História junto ao Centro de Educação Aberta e Distância (CEAD).

Resumo: Este artigo visa a ser estudo sobre a história da educação brasileira, com ênfase ao período do regime militar. A pesquisa desenvolve - se em uma revisão de literatura de caráter qualitativa e exploratória. Face à necessidade de governar ferrenhamente, os ditadores brasileiros dispunham de violências física e intelectual de forma gratuita. Todo aquele cidadão que se mostrasse interessado em evolução intelectual, que entrasse em choque com as ideologias defendidas pelos ditadores era considerado ameaça, e para esses sujeitos, o governo tinha sua própria cartilha do controle, baseada no terror, no medo, nas perseguições prisões e, em casos que não foram raros, a morte. Para os muito jovens, era na escola, com seus currículos manipulados, que se recebia uma nova visão do que deveria ser encarado como o natural. A educação fora, com a criação de algumas disciplinas e a extinção de outras, um campo de efetiva atuação dos ditadores, numa tentativa de introjetar na mente da população quem seriam os heróis e os vilões da nação. A ditadura nos deixa grande saldo de intelectuais torturados, presos e mortos.

Palavras-Chave: educação; ditadura; história.

Abstract: This article aims to be a study on the history of Brazilian education, with emphasis on the period of the military regime. The research is developed in a literature review of a qualitative and exploratory nature. Faced with the need to govern fiercely, Brazilian dictators used physical and intellectual violence freely. Any citizen who showed interest in intellectual evolution, who clashed with the ideologies defended by the dictators, was considered a threat, and for these subjects, the government had its own control guide, based on terror, fear, persecution, prisons and , in cases that were not rare, death. For the very young, it was at school, with their manipulated curricula, that they received a new vision of what should be seen as natural. Education had been, with the creation of some disciplines and the extinction of others, a field of effective activity for dictators, in an attempt to introduce into the minds of the population who the nation's heroes and villains would be. The dictatorship leaves us with a large toll of tortured, imprisoned and dead intellectuals.

Keywords: education; dictatorship; history.

1 INTRODUÇÃO

Os reclames baseados no atual quadro educacional brasileiro são intermináveis, a educação no país é alvo de discussões e estudos e o sentimento de que algo precisa ser feito ou revisto é unânime. Mas o presente não está livre. Todo caos vivido, que foi gerado anteriormente, um dia também será passado e, assim como é necessário reportarmos ao passado para entender e solucionar os problemas de hoje, também o será futuramente.

Analisar a história da educação brasileira nos permite compreender a raiz do problema, como também sugerir pontos para melhoria da situação desfavorável. O presente trabalho traz uma amostra do quadro educacional geral do país, da colonização até a reabilitação da democracia, com ênfase no período do regime militar. Trata-se de uma revisão de literatura importante, isso porque, por mais pesquisas que se façam, falar de ditadura brasileira ainda é escrever na penumbra, fatos algumas vezes desconexos, informações desencontradas, nomes e datas desintegrados, onde às vezes o que alguém afirma categoricamente é uma dúvida ou negação para outrem.

O que se pretende com esta breve análise é mostrar um pouco do cenário da educação em tempos de repressão, como fora manipulada e como seus atores foram usados, reprimidos, coagidos e violentados. Ao final, se quer acrescentar, a cada um que desse dispuser, uma maior disposição a refletir sobre o assunto, tendo o conhecimento do problema como um todo e não apenas visão do que temos hoje.

2 BRASIL EM TEMPOS DE REPRESSÃO: O REGIME MILITAR-1964/1985

Entre as mais diversas formas de governo, temos a ditadura. Comungando do pensamento de Guimarães e Cabral(2014), entre outros estudiosos, sobre o termo supracitado, entende-se por uma forma opressora de governo onde direitos individuais são tolhidos, há uso de força para contenção do povo, a sociedade é constantemente coagida a portar-se de acordo com normas rígidas de convivência e uma única pessoa, ou pequeno grupo, manipula o poder, segregando-o da população geral. Países como Portugal, Itália, Alemanha, Irã, China, Moçambique, Argentina, Cuba, Peru, bem como o Brasil, já enfrentaram ou enfrentam esse tipo de regime.

A ditadura Brasileira, de caráter militar, visto que estavam no comando altas patentes do exército brasileiro, instaurou-se através de um golpe de Estado, em 31 de março de 1964. Através do Golpe de 64, como popularmente ficara conhecido, caía o presidente João Goulart e os militares tomavam o poder.

O movimento de 31 de março de 1964 tinha sido lançado aparentemente para livrar o país da corrupção e do comunismo e para restaurar a democracia, mas o novo regime começou a mudar as instituições do país através de decretos, chamados de Atos Institucionais(AI). Eles eram justificados como decorrência “do exercício do Poder Constituinte, inerente a todas as revoluções”(Fauto, 2012, p. 397)

Em 09 de abril de 1964 foi baixado pelos comandantes militares o primeiro dos Atos Institucionais¹, o AI-1, que embora mantivesse a Constituição de 1946, a modificava em alguns

1. Normas elaboradas no período de 1964 a 1969, durante o regime militar. Foram editadas pelos Comandantes-

pontos importantes, como por exemplo sobre o funcionamento do Congresso. O Executivo mantinha-se forte enquanto o Congresso era tolhido, imunidade parlamentar e direitos políticos foram suspensos, surgiram as estruturas para a instalação dos inquéritos policial militares² (IPMs), os quais seriam aplicados a quem fosse reconhecido

[...] pela prática de crimes contra o Estado ou seu patrimônio e a ordem política e social, ou por atos de guerra revolucionária. A partir desses poderes excepcionais, desencadearam - se perseguições aos adversários do regime, envolvendo prisões e torturas. [...] Mas a repressão mais violenta concentrou - se no campo, especialmente no Nordeste, atingindo, sobretudo, gente ligada às Ligas Camponesas. Nas cidades houve intervenções em muitos sindicatos e federações de trabalhadores e a prisão de dirigentes sindicais. (Fausto, 2012, p. 398-399).

Era tempo de intervenção, de repressão. A sociedade tinha seus direitos retirados e era preciso não adaptar-se, mas moldar-se de qualquer forma, para estar em consonância com o que era permitido pelo governo. Inúmeros dirigentes sindicais foram presos, juízes expurgados, mandatos parlamentares cassados, governadores perderam o mandato ou tiveram direitos suspensos. O clima de terror instalara-se com o cerceamento dos direitos civis. Os militares avançam com a criação do Serviço Nacional de Informações (SNI), tal instituição trabalhava para “coletar e analisar informações pertinentes à segurança nacional e à contrainformação sobre questões de subversão interna”(Fausto, 2012, p. 399).

Em 15 de abril de 1964 o Brasil recebe seu novo presidente, o general Humberto de Alencar Castelo Branco, esse, aspirava reformar a economia capitalista brasileira, controlar os trabalhadores e promover uma reforma no Estado. No governo em questão, entra em vigor o AI-2, para dificultar o crescimento da oposição eleitoral, chegando mesmo a abolir todos os partidos políticos existentes, sendo permitida a existência apenas do partido da situação, a Aliança Renovadora Nacional – ARENA, e um partido de oposição, o Movimento Democrático Brasileiro – MDB, uma espécie de “oposição consentida”. Também fora promulgado o AI – 3, que protegia o governo nas eleições.

Os prefeitos das capitais dos estados e de outras cidades consideradas de “segurança nacional” seriam, nos termos do novo Ato, nomeados pelos governadores (agora eleitos pelas assembleias legislativas). O governo estava reconhecendo que não podia mais dar-se ao luxo de se arriscar a eleições abertas e diretas em qualquer nível que interessasse (Skidmore, 1988, p. 107).

A censura sobre jornais e revistas, pela Lei de Imprensa³, é extrema, sendo perseguidos vários setores dos mais variados meios de comunicação, como jornalistas, editores e donos de

Chefes do Exército, da Marinha e da Aeronáutica ou pelo Presidente da República, com o respaldo do Conselho de Segurança Nacional. Esses atos não estão mais em vigor.(Brasil, [2014?])

2. Os Inquéritos Policiais Militares (IPMs) davam conta dos opositores que não podiam ser enquadrados na acusação de subversão: eram tribunais que simultaneamente, investigavam e condenavam, acusados de corrupção. (Nassif, 2011)

3. Tal Lei foi promulgada no ano de 1967, durante a ditadura militar brasileira, e serviu como instrumento de repressão à liberdade de expressão. Sob a batuta desta Lei, vários atos de censura foram cometidos, conferindo obstáculos ao trabalho da imprensa no país. (Melo e Coutinho, 2009)

jornais e/ou revistas. Além disso o direito a greve é retirado, enquanto o governo de Castelo sofria forte repulsa popular, manifestos e protestos espalharam-se pelo país. Com o fim do seu mandato, em 1967, o governo castelista cede lugar ao endurecimento militar, Artur Costa e Silva é o novo líder da presidência brasileira.

O movimento estudantil, os grupos e organizações de esquerda e a Frente Ampla (composta por políticos influentes tais como Juscelino Kubitschek, Carlos Lacerda e João Goulart, entre outros) marcaram a oposição a esse governo. O quinto Ato Institucional escancara e institucionaliza de vez a ditadura.

O AI-5 foi o instrumento jurídico que suspendeu todas as liberdades democráticas e direitos constitucionais, permitindo que a polícia efetuasse investigações, perseguições e prisões de cidadãos sem necessidade de mandado judicial. A suspensão de todas as garantias constitucionais e individuais aos cidadãos brasileiros acarretou graves abusos e violações dos direitos humanos por parte dos órgãos oficiais encarregados da segurança e repressão política (Carcian, 2014).

Deixando o poder em virtude de problemas com a saúde, Costa e Silva é substituído pelo general Emílio Garrastazu Médici, considerado grande repressor da história brasileira. Nesse período os métodos de tortura e contenção mostraram-se funcionais, o povo acreditava estar vivendo uma calmaria.

Visto pelas suas aparências o governo Médici foi de relativa calma. [...] A repressão e a censura do governo eram a razão principal. Os estudantes, por exemplo, um dos principais focos de oposição em 1968, foram silenciados pela violenta intervenção nas universidades, que resultou em expulsões, prisões e torturas para muitos. A repressão mostrava - se também eficiente contra as guerrilhas (Skidmore, 1988, p. 214-215).

A imprensa sofria forte repressão, apenas o que era promoção do governo podia ser veiculado. Os meios de comunicação massiva mostravam um governo positivo, a ditadura vista “com bons olhos”, um sentimento de unidade deveria ser instalado no país, um período de propagandas ufanistas onde vários slogans patriotas foram criados como: “Brasil, ame-o ou deixe-o”. Médici promove “o milagre econômico”, um crescimento na economia do país, com auxílio do aumento das exportações, da industrialização e uso de empréstimos externo. Mas o que parecia ser um sucesso declinou com a mesma rapidez que tomou forma.

[...]“o milagre” esvaiu com a mesma velocidade que empolgou. No ano de 1973, uma crise internacional do petróleo escancarou as fraquezas da nossa economia dando fim a toda empolgação. Na época, o Brasil importava mais da metade dos combustíveis que produzia e, por isso, não resistiu ao impacto causado pela alta nos preços do petróleo. Em pouco tempo, a dívida externa e a onda inflacionária acabou com os sucessos do regime (Sousa, 2014).

Por problemas de saúde, Médici deixa a presidência, sendo sucedido pelo general Ernesto Geisel. O atual presidente dizia-se a favor da redemocratização brasileira, mas de forma gradual e equilibrada, de modo a garantir o controle sobre a oposição democrática e os militares

da linha dura, como eram conhecidos os militares de uma posição mais radical e contrários ao retorno ao regime democrático. Atos de censura foram suspensos, a propaganda eleitoral e os debates foram liberados. O resultado foi a vitória esmagadora da oposição nas eleições que sucederam com consequente descontentamento da “linha dura”.

Os militares da “linha dura” atribuíam o sucesso da oposição ao suposto apoio dos comunistas, começa, então uma verdadeira “caça” aos comunistas, tortura e morte estavam novamente em questão, a população mostrava-se indignada. É decretado o Pacote de Abril, conjunto de medidas para evitar eleições parlamentares desastrosas e lançado o II Plano Nacional de Desenvolvimento, para alavancar a economia. Ao término de seu mandato, o país mudara discretamente.

Não havia dúvida de que o presidente e o general Golbery levaram o projeto de liberação mais longe do que muitos observadores consideraram possível em 1974. Habeas - corpus restaurado, AI-5 revogado, a maioria dos refugiados políticos novamente no Brasil, censura suspensa – eram realizações expressivas para um governo militar (Skidmore, 1988, p. 407).

Membro de uma família de militares, o novo presidente, João Batista Figueiredo assume o poder em 1979 e seu governo começa com protestos contra o regime militar e a greve dos trabalhadores das indústrias. Liderado pelo sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema (presidido por Luiz Inácio da Silva), esse movimento tomou grandes proporções, bem como a campanha pela anistia “ampla, geral e irrestrita”. Através das lutas desse movimento Figueiredo anistiou os presos políticos, cassados e exilados pelo regime militar. Ainda em 1979 o presidente interrompeu o bipartidarismo e em 1980 as eleições diretas para governador foram restabelecidas culminando, em 1982, com a vitória da oposição em importantes Estados.

Em clima de abertura, a população saiu às ruas em prol de eleições diretas para presidente (movimento das “Diretas já”). Em 1985, o primeiro presidente civil desde 1964, eleito indiretamente, não pôde assumir. Tancredo Neves faleceu antes de sua posse, o vice de sua chapa, José Sarney, ocupa a cadeira então. Sarney começa tentando uma aproximação com povo, estabelece eleições diretas para presidente e voto aos analfabetos, uma nova constituição foi prometida e entregue, era o fim da ditadura militar brasileira.

3 A EDUCAÇÃO NO BRASIL

Educação pode ser entendida como a ferramenta que torna os componentes de uma sociedade unidos, integrais, visto que, em suas mais diversas formas, o princípio básico da educação é estabelecer o entendimento mínimo necessário para que o indivíduo possa conviver em grupo, segundo a LDB (1996 *apud* CARNEIRO, 1998, p. 32): “é dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.” Educa-se de várias formas e nos mais diversos meios, como família, escola, igreja, amigos, rua, todos educam.

A educação pode existir livre, entre todos, pode ser uma das maneiras que as pessoas criam para tornar comum, como saber, como ideia, como crença, aquilo que é comunitário como bem, como trabalho ou como vida. Ela pode existir imposta por um sistema centralizado de poder, que usa o saber e o con-

trole sobre o saber como armas que reforçam a desigualdade entre os homens, na divisão dos bens, do trabalho, dos direitos e dos símbolos (Brandão, 2007, p. 10).

Essas teias de repasse do saber estão por toda parte, mesmo onde não há escola, como se pode ver, porém neste trabalho, nos deteremos à educação escolar formal brasileira, aquela que vincula o ensino à pedagogia, com suas regras, situações próprias de exercício, métodos, tempos e executores especializados (Brandão, 2007, p. 26). Em época anterior ao Brasil colônia, temos uma sociedade primitiva, sem escolarização em que o indivíduo forma-se por participação e convivência no dia a dia de seu grupo.

[...]em decorrência do estado primitivo em que se encontravam as populações indígenas, a educação não chegara a se escolarizar. A participação direta da criança nas diferentes atividades tribais era quase que suficiente para a formação necessária quando atingisse a idade adulta (Ribeiro, 1995, p. 18).

O marco da educação formal brasileira foi a chegada dos jesuítas na colônia, em 1549, para catequese e conversão dos nativos. Anterior a isso, a comunidade indígena atendia às instruções passadas de geração a geração, a formação pessoal resumia-se a saberes como caça, pesca e atividades domésticas.

Com o início da colonização no país, os primeiros direcionamentos educacionais visavam à conversão religiosa. Para o sucesso da colônia, os índios deveriam aprender a fé católica, pela catequese e instrução, padres e jesuítas são enviados para essa missão. Em 1549, chegam ao Brasil o primeiro governador geral (Tomé de Sousa) e um grupo de jesuítas (Companhia de Jesus) sob o comando do padre Manoel da Nóbrega. Em 21 anos o grupo já havia se instalado do norte ao sul do país com suas escolas de educação elementar. Nessas escolas aprendia-se português, doutrina cristã, leitura e escrita, canto e música instrumental. Após esse ciclo era ofertada a formação profissional agrícola e o latim.

A catequese, do ponto de vista religioso, interessava à companhia como fonte de novos adeptos do catolicismo, bastante abalado com o movimento de reforma. Do ponto de vista econômico, interessava tanto a ela, como ao colonizador, à medida que tornava o índio mais dócil e, portanto, mais fácil de ser aproveitado como mão de obra (Ribeiro, 1995, p. 24).

A educação feminina resumia - se às técnicas domésticas. A classe mais alta recebia instrução para trabalhos intelectuais. Com a reforma pombalina⁴, o “crescimento” da colônia e o plano de industrialização, para acompanhar as atividades aqui desenvolvidas, os recursos materiais e humanos precisavam avolumar-se, bem como receber preparação mínima para o trabalho.

As primeiras escolas não eram como concebemos hoje, apenas uma agremiação de poucos alunos em espaços precários para aulas de línguas, instruções profissionais simples, sequência numérica, teatro e canto. O nomadismo e a língua indígena, com suas variações em geral, dificultava o processo educacional, aquele porque interrompia os ciclos de ensino, pela saída das

4. A Reforma constituiu uma peculiar mistura do velho e do novo, explicável pelas características de Portugal. Ela combinava o Absolutismo ilustrado com a tentativa de uma aplicação consequente das doutrinas mercantilistas. Essa fórmula geral se concretizou em uma série de medidas. [...] De acordo com as concepções do mercantilismo, pombal criou duas companhias privilegiadas de comércio. (Fausto, 2012, p. 96)

tribos, em determinados espaços de tempo, e esse porque emperrava a comunicação pelo uso da linguagem ainda desconhecida. Nosso primeiro colégio foi erguido na Bahia em 1564, agora dava-se conta da educação dos brancos e, raramente houve casos de indígenas nesses bancos escolares. Graduar-se somente era possível em Portugal.

Em tempos de Brasil império o ponto inicial para a mudança na educação brasileira foi a transferência do acervo da Biblioteca Real para o Brasil, fundando, dessa forma, a Biblioteca Nacional, localizada no Rio de Janeiro. A vinda da Família Real para o Brasil promoveu maior agitação cultural no novo reino, foi então que surgiram as primeiras instituições de nível superior no país: Academias de Belas Artes, da Marinha, Real Militar, Escolas anatômico-cirúrgica e médica, Real de Ciências Artes e Ofícios, Cursos de cirurgia, agricultura, química e desenho técnico.

Com a fundação das primeiras tipografias, a circulação de livros e informações foi facilitada. Vale salientar que toda melhoria ou investimento em educação contemplavam apenas a elite. Em 1822, o Brasil torna-se “livre” de Portugal. Com a Independência é convocada uma Assembleia Constituinte e com a Carta, a promessa da educação no país ser organizada. Promulgada em 1824, a Constituição do país publicava as leis estruturais da organização do ensino brasileiro até 1889, trazendo uma tentativa de gratuidade e popularidade educacional.

A pobreza do país não impulsionava a educação. Abriu-se então uma Lei de incentivo ao estabelecimento de novos espaços educacionais. Com isso, as escolas particulares espalharam-se pelo Brasil. Preocupando-se com o sucesso financeiro, tais instituições não ofereciam educação qualitativa. Desde o império, a desvalorização, à qual eram submetidos os professores da rede pública, culminara na falta desses profissionais em tais espaços, o contrário acontecia nas escolas particulares que ofereciam bons salários. Os índices de analfabetismo eram hediondos. Em 15 de outubro de 1827, promulgou-se uma Lei para abertura de escolas elementares, mais uma vez a baixa procura e o não preenchimento das vagas traduz-se em baixos salários para os professores.

O império tentou contornar essas dificuldades, usando espaços cedidos pelos interessados, em geral fazendeiros, aumentando os salários dos professores, como forma de atrair docentes, adotando o método Lancaster de ensino [...] então adaptado à realidade brasileira. Um único professor ficava responsável por um grande número de escolas. (Ramos, 2011)

Trabalhava-se em sistema de rodízio, escolhendo monitores entre os alunos mais adiantados, que ficavam responsáveis pela turma na ausência do professor. O sistema Lancaster (como era conhecido o sistema de monitorias) fracassou, e a falta de apoio profissional aos alunos implicou em péssima qualidade de ensino.

“Os primeiros centros formadores de professores foram criados, escolas normais[...] criadas nas províncias da Bahia e do Rio de Janeiro, na década de 1930” (Piletti e Piletti, 2002, p. 179): qualificados, os professores ganhavam melhores salários. Havia demanda desse profissional, porém os alunos ainda eram poucos, o material escolar a alto custo também era empecilho. As mulheres eram tolhidas em relação ao ensino escolar: não podiam passar do primário e mesmo em escolas particulares, as meninas continuavam cursando disciplinas ligadas à vida doméstica, maternidade e religião.

Em 1854 há uma reestruturação do ensino básico, nomenclaturas e estágios de tempo foram alterados, novas disciplinas regulamentadas e a exigência do diploma para ingresso em nova fase, instituído. Findo o império, em 1891, a Constituição da República descentraliza o en-

sino, o sistema dual era desfeito, era reservado à União o direito de criar instituições de ensino superior e secundário nos Estados e prover a instrução secundária no Distrito Federal.

A prática, porém, acabou gerando o seguinte sistema: à União cabia criar e controlar a instrução superior em toda nação, bem como criar e controlar o ensino secundário acadêmico e a instrução e todos os níveis do Distrito Federal, e aos Estados cabia criar e controlar o ensino primário e o ensino profissional, que na época compreendia, principalmente escolas normais (de nível médio) para moças e escola técnicas para rapazes. Era, portanto, a consagração do sistema dual de ensino que se vinha mantendo desde o império (Romanelli, 2010, p. 41).

A República brasileira nos mostra uma educação em molde positivista. A Constituição instituiu um sistema educacional direcionado pela Reforma de Benjamin Constant: gratuidade, liberdade, laicidade e cientificismo. Em 1900 temos um país com 75% de analfabetos. A Reforma de Benjamin Constant não foi bem quista devido ao seu cientificismo acentuado, portanto, em 1901, o Colégio Epitácio Pessoa, reformou o currículo retirando matérias de cunho científico, restituindo a base literária. A ela seguem-se outras Reformas: em 1911 a Rivadávia traz à tona a liberdade de ensino e a abolição do diploma, seus resultados foram catastróficos. A Reforma Carlos Maximiliano vem para abolir a Rivadávia e oficializar o ensino. Durante o governo de Artur Bernardes a cadeira de Moral e Cívica foi inserida com a finalidade de conter os protestos (Reforma João Luiz Alves).

A década de 20 foi marcada por alguns movimentos de cunho político social e de reformas estaduais no âmbito da educação. Em 1930 apenas 30% da população em idade escolar estavam devidamente matriculadas. É nessa década que o Brasil se insere no mundo capitalista de produção, esse novo momento exige mão de obra qualificada, passa-se então a investir em educação.

Surge a Reforma Francisco Campos⁵, para organizar o ensino secundário e as Universidades brasileiras ainda existentes. Em 1932 é apresentado à nação o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova⁶. A Constituição de 1934, já instituída no governo de Getúlio Vargas, relata que a educação é direito de todos e dever da família e do Estado; nesse mesmo ano é criada a Universidade de São Paulo (USP) e a Universidade de Porto Alegre (atual UFRGS). Em 1937 é outorgada a nova Constituição, trazendo princípios educacionais voltados para a iniciação e aperfeiçoamento profissionais.

Já se nota, claramente, a separação entre trabalho intelectual, para uma elite e trabalho manual para os menos favorecidos. A União Nacional dos Estudantes (UNE) e o Serviço Nacional de Aprendizagem do Transporte (SENAT) são criados, o ensino industrial e secundário é regulamentado.

Ao fim do Estado Novo (1946), a Constituição apresentava-se liberal e democrática: a educação é direito de todos. Uma comissão presidida por Lourenço Filho é criada para direcionar a Reforma educacional no país. O anteprojeto dessa reforma foi centro de debates e calorosas

5. A Reforma Francisco Campos foi uma das reformas pedagógicas calcadas no plano escolanovista da época, uma ação planejada que visava à organização nacional. Ela dispusera sobre o regime universitário, secundário e comercial, dando maior autonomia didática e administrativa, interesse pela pesquisa e difusão da cultura. (Aranha, 2004, p. 200-201)

6. Documento redigido por Anísio Teixeira, Lourenço Filho, Fernando de Azevedo, entre outros, que apresentava uma reflexão importante sobre o pensamento arcaico que segregava a educação das demais articulações sociais de relevância para o desenvolvimento do país, por exemplo, a economia. (Marinho, 2014)

lutas, além de discussões. Em 1953 a educação ganha seu ministério próprio: MEC. E em 1962 surge o Plano Nacional de Educação e o Programa Nacional de Alfabetização. Apenas após 13 anos do fim do Estado Novo, promulgou-se a Lei 4.024 de dezembro de 1961, com inserção das exigências da Igreja e a contemplação do monopólio Estatal sobre a educação, a Lei de Diretrizes e Bases entrava em discussão. A Nova República, fundada em 1964, foi uma temporada fértil para a educação, porém após o Golpe de 64, o Regime Militar instaurou-se e com ele a repressão: educadores perseguidos, estudantes presos, pensadores desaparecidos. A Ditadura fez das questões educacionais questões políticas. Essa fase é apreciada com detalhes no próximo tópico.

4 DITADURA E EDUCAÇÃO

Esclarecimento, “visão”, poder de crítica e reinvidicação. Quanto mais educação, quanto mais qualificação, mais a sociedade desfruta e evolui nos tópicos supracitados. Para um governo opressor, trabalhar a crítica e a evolução de seu povo, é uma ameaça.

Em tempos de democracia, governantes baseiam seu sucesso na “cegueira” social de seus governados, em época ditatorial, então, era necessário trabalhar a completa alienação do seu povo, nem que para tanto, trabalhassem com a força e a violência extrema

Os avanços populares também foram contidos na área da educação. Numerosas escolas foram invadidas pela polícia, muitos professores e estudantes foram presos e exilados e todas as escolas passaram a ser observadas por agentes dos órgãos de informações do governo, sob o controle do Serviço Nacional de Informação (SNI) (Piletti e Piletti, 2002, p. 233).

O regime militar brasileiro engloba-se no espaço de tempo que vai de 1964 a 1985. Em termos de educação, esse foi um período de extrema involução. Ainda no primeiro ano de regime, a Lei 4464 (Suplicy de Lacerda), determina o encerramento do movimento estudantil, pondo a UNE na ilegalidade.

Além dos princípios básicos suprimidos, a educação passou por reformas que em nada contemplavam sua funcionalidade, de fato. No ensino superior clamava-se por mais vagas, por uma universidade para todos, mas a realidade era a de um ensino elitista e excludente. As vagas eram em números mínimos, grande parte dos aprovados, para ingresso na universidade, não podia matricular-se, gerando o problema dos excedentes⁷. Apesar das lutas em prol das mudanças necessárias, a reforma universitária veio com a Lei 5540 de 28 de novembro de 1968, que em nada alterava a realidade caótica.

Apesar da extinção da cátedra e da criação dos departamentos, a reforma universitária promovida pelo governo possibilitou a intensificação do domínio da burocracia e do poder centralizado dentro da universidade brasileira, sobrando pouco espaço para a participação da comunidade universitária (Piletti e Piletti, 2002, p. 235).

Ainda em 1968, o Comando de Caça aos Comunistas (CCC) invade a USP, em um quebra-

7. A esse grupo de estudantes chamava-se “excedentes”, situação que se dava devido ao aluno atingir nota mínima para ser aprovado mas não ter vaga suficiente. Jarbas Passarinho, ex-ministro da educação, cria o processo seletivo em forma de concurso, ofertando vagas e não mais classificando por nota mínima, acabando assim com o “problema dos excedentes”.

-quebra que culmina na morte de um estudante, José Guimarães. Em protestos posteriores, outro ativista do movimento estudantil, Edson Luís Souto, é assassinado por militares e Honestino Guimarães⁸ é preso. Estudantes eram alvos certos.

Ainda com intuito de cercear e frear a ameaça que o ato de educar mostrava ser, o governo baixa o Decreto Lei nº 477 de fevereiro de 1969 que, em termos gerais, suprimia toda e qualquer manifestação democrática por parte de estudantes e educadores, a penalização por desobediência ao mesmo, passava pelo veto à matrícula podendo chegar até ao exílio. No XXX Congresso da União Nacional dos Estudantes – UNE, aproximadamente 90 estudantes foram presos.

Através da educação, muita coisa poderia ser transformada. Conscientes disso, os militares investiam em intervenções nas práticas escolares. Uma maior aceitação do regime vigente viria pela alienação daqueles que ainda começavam a desenvolver sua posição social. Injetando a coerção gradativamente nos currículos escolares, caracterizada como “patriotismo”, era mais fácil implantar a doutrina ditatorial como algo natural.

No início de 1969 um Decreto Lei criou compulsoriamente o curso de Educação Moral e Cívica, que todos os estudantes deviam fazer anualmente –com instrutor e material didático devidamente aprovados. Destinado a apoiar a versão brasileira da Doutrina de Segurança Nacional, a ideia do curso partira de um grupo de trabalho da Escola Superior de Guerra, como resposta à necessidade de se reformular a mentalidade das vindouras gerações em conformidade com as novas realidades da Revolução de 1964 (Cunha e Góes, 1985, p. 74).

Do primeiro grau à pós-graduação, o citado curso era obrigatório, mas mascarado com facetas e emblemas como o do amor, da liberdade, da democracia, da obediência fundamental e da integração social. No governo Médici, iniciado em 1969, os “acontecimentos” eram velados, a grande massa social vivia em relativa calma, uma época pouco conturbada ou muito bem disfarçada. Os estudantes haviam sido calados pela repressão, tortura e prisão em 1968.

No que diz respeito ao ensino de 1º e 2º graus, esse foi revisto pela Lei nº 5692, de 11 de agosto de 1971. A mesma citava princípios de cidadania e realização pessoal, nada era concretizado, apenas teoria. Em suma, a lei unificava o ginásio e o primário, retirava as habilitações profissionais do ensino de primeiro grau, transferindo as para o 2º grau, que poucos alunos alcançavam. Dessa forma as escolas eram obrigadas a ofertar a capacitação técnica e profissional, mesmo sem condições: muitas forjavam currículos ou ofertavam as formações mais baratas e sem alcance de mercado.

As disciplinas, agora, eram impostas, nenhuma instituição podia inserir novos conteúdos e matérias críticas e reflexivas foram cortadas e proibidas. Os índices de repetência continuavam altíssimos, professores demitiam - se, em massa, em sinal de descontentamento e protesto; vários foram torturados e presos.

O governo Geisel, iniciado em 1974, deu os primeiros passos para a abertura política. Alguns mecanismos de repressão foram retirados de uso, mas a violência ainda permanecia em alguns métodos; a caça aos estudantes não saía de pauta.

8. Líder estudantil e ex presidente da UNE, preso em 1973, seu nome estava no topo das listas de procurados pelos órgãos militares, após sua prisão, tornou se mais um dos desaparecidos, a família do estudante obteve a resposta do governo 23 anos após seu desaparecimento, admitira se que ele era um dos mortos pela ditadura, ainda assim, em seu atestado de óbito original não consta a causa de sua morte. (Guimarães, 2014)

A tortura nas dependências do DOI-CODI cessou, embora as violências em São Paulo não tivessem terminado. A linha dura tinha ainda bastante fôlego. Por exemplo, em setembro de 1977, a Polícia Militar, por ordem do Coronel Erasmo Dias, invadiu a Universidade Católica (PUC), onde milhares de estudantes se reuniam para tratar da reorganização da une, na ilegalidade. A invasão foi acompanhada de espancamento e lançamentos de bomba, resultando em graves queimaduras em cinco estudantes (Fausto, 2012, p. 419).

Os embates foram reduzidos e em 1979 Figueiredo é o novo presidente. Os currículos já não são alterados, apenas algumas nomenclaturas para disciplinas são modificadas. O censo revela que quase metade da população brasileira, em idade escolar, não frequenta a escola. Aos poucos disciplinas como filosofia são readmitidas no currículo. A formação geral é reativada em detrimento da profissionalização obrigatória para o ensino de 1º e 2º grau. Em 1985 o Movimento Brasileiro de Alfabetização – MOBRAF encerra-se em prol da prática do Projeto Educar.

Nos estudantes estava o futuro intelectual e politizado da nação brasileira e eles intervieram no sistema, para por isso a prova. De 1966 a 1968 tivemos o auge da mobilização estudantil, prisões, violência, numerosas mortes, tudo isso era lucro face ao prejuízo de perder o poder pra uma nação consciente. Dispor do mínimo de instrução era perigoso.

Por volta de 1968, o simples fato de alguém ser universitário, já era considerado suficiente para ser suspeito, especialmente se fosse aluno de ciências sociais, filosofia ou física. A grande maioria dos estudantes secundaristas de esquerda, foi vítima da violência política dos militares porque se politizara enormemente, chegando a constituir um fator de resistência à ditadura (Reis, 2004, p. 307).

Apesar de tudo, se passaram 20 anos, era 1985 a ditadura saía de cena. Com a abertura política, a partir de 1985, a discussão sobre educação e suas reformas é retomada. O Projeto de Lei da Nova LDB é encaminhado à Câmara em 1988.

5 METODOLOGIA

O presente estudo trata - se de uma revisão de literatura, qualitativa e exploratória, pautado numa pesquisa bibliográfica. Para tanto usamos da investigação em livros, revistas, documentos, bem como de trabalhos publicados em meio virtual. Vale, aqui ressaltar, informações acerca da pesquisa bibliográfica, que segundo Marconi e Lakatos (2011, p. 43-44), engloba “todos os materiais, ainda não elaborados, escritos ou não, que podem servir como fonte de informação para a pesquisa científica” (Marconi; Lakatos, 2011, p. 43) e a pesquisa bibliográfica “trata-se do levantamento de toda a bibliografia já publicada em forma de livros, revistas, publicações avulsas e imprensa escrita. Sua finalidade é colocar o pesquisador em contato direto com tudo aquilo que foi escrito sobre determinado assunto [...]” (Marconi; Lakatos, 2011, p. 43-44).

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Analisar fatos relacionados à época do regime militar não foi simples como parecia. Numerosas publicações, que parecem ajudar, na verdade, quando estudadas a fundo, mostram certa incompatibilidade no assunto, há dúvidas e controvérsias, de autor para autor, as datas são

quase sempre diferentes para o mesmo acontecimento. A ditadura comprometeu por 20 anos não só a educação brasileira, que já nasceu faltosa, mas também os mais diversos setores da sociedade. Ainda carregamos a carga da manipulação e da coerção no desenvolvimento cultural, nas artes e na imprensa, por exemplo.

Quando o assunto é educação, comungamos da ideia de que o cenário modifica-se com o passar do tempo, não são mudanças simples, observamos a luta constante, intelectual e até física, em alguns momentos históricos, para que se trabalhe a educação de forma plena em nosso país. Embora muitos problemas persistam e se repitam, diversos ganhos foram alcançados e ainda há muito por fazer. Algo que nos fica muito claro é a permanente desvalorização da educação no Brasil, os meios de operação, os atores inseridos, as reformas, mudanças inseridas em lapsos consideráveis de tempo, nos mostram o modesto interesse, por parte dos governantes, para realmente tornar a educação prioridade nesse país, como de fato não foi e não é. Deixamos então nossa contribuição, que possa clarear as idéias de quem por ela se interessar, ficando exposto e defendido o propósito de que quando nos dispomos a olhar o passado, o presente torna-se lógico e passamos a considerar o futuro com mais clareza.

Referências

ARANHA, M. L. de A. *História da educação*. 2. ed. São Paulo: Moderna, 1996.

BRANDÃO, C. R. *O que é educação*. São Paulo: Brasiliense, 2007.

BRASIL. Governo Federal. *Legislação histórica: Atos Institucionais*. [Brasília], [2014?]. Disponível em: <https://www4.planalto.gov.br/legislacao/legislacao-historica/atos-institucionais>. Acesso em: 8 set. 2014.

CARCIAN, R. *Governo Costa e Silva (1967-1969): AI 5 institucionaliza a ditadura*. São Paulo, 2014. Disponível em: educacao.uol.com.br/disciplinas/historia-brasil/governo-costa-e-silva-1967-1969-ai-5-institucionaliza-a-ditadura.htm. Acesso em: 8 set. 2014.

CARNEIRO, M. A. *LDB fácil: leitura crítico – compreensiva artigo a artigo*. 13. ed. Petrópolis: Vozes, 1998.

CUNHA, L. A.; GÓES, M. de. *O golpe na educação*. Rio de Janeiro: Zahar, 1985.

FAUSTO, B. *História do Brasil*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2012.

GUIMARÃES, L. C. M. Biografia. [S.l], [2014?]. Disponível em: <https://honestinoguimaraes.com.br/desaparecido>. Acesso em: 8 set. 2014.

GUIMARÃES, D.; CABRAL, P. *Significado de Ditadura: o que é Ditadura*. 2014. Disponível em: <https://www.significados.com.br/ditadura/>. Acesso em: 9 set. de 2014.

MARCONI, M. de A.; LAKATOS, E. M. *Metodologia do trabalho científico: procedimentos básicos, pesquisa bibliográfica, projeto e relatório, publicações e trabalhos científicos*. 7. ed. São

Paulo: Atlas: 2011.

MARINHO, Y. da C. *Manifesto dos pioneiros da educação*. São Paulo: [2014?] Disponível em <http://www.infoescola.com/educacao/manifesto-dos-pioneiros-da-educacao-nova/>. Acesso em: 5 set. 2014.

MELO, C. de F.; COUTINHO, C. Um olhar à Lei de Imprensa: perspectiva histórica, social e constitucional da mídia e da Lei. 5.250/67. *Revista do CAAP*, [Belo Horizonte?], 2009. Disponível em: periodicos.ufmg.br/index.php/caap/article/view/47314/38474. Acesso em: 8 set. 2014.

NASSIF, M. I. *A UDN, os IPMs e a mídia brasileira*. Porto Alegre, 2011. Disponível em: fpabramo.org.br/2011/09/30/a-udn-os-ipms-e-a-midia-brasileira/. Acesso em: 10 set. 2014.

PILETTI, C.; PILETTI, N. *Filosofia e história da educação*. 15. ed. São Paulo: Ática, 2002.

RAMOS, F. P. A educação no Brasil império, *Para entender a história*, [São Paulo?], ano 2, fev., 2011.

REIS, D. A.; RIDENTI, M.; MOTTA, R. P. S. (Orgs.) *O golpe e a ditadura militar: quarenta anos depois (1964 – 2004)*. Bauru: EDUSC, 2004.

RIBEIRO, M. L. S. *História da educação brasileira: a organização escolar*. 14. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 1995.

ROMANELLI, O. de O. *História da educação no Brasil (1930/1973)*. 35. ed. Petrópolis: Vozes, 2010.

SKIDMORE, T. *Brasil: de Castelo a Tancredo, 1964 - 1985*. 8. ed. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1988.

SOUSA, R. General Médici. Goiânia: Omnia, 2002. Disponível em: www.brasilecola.com/historiab/general-medici.htm. Acesso em: 5 set. 2014.